



SUMARIO

APRESENTAÇÃO	5
A MUDANÇA HISTÓRICA DE PARADIGMA IMPLEMENTADA PELAS LEIS Nº 8.212/91 E 8.213/91	15
1. Introdução.....	15
2. Breve relato histórico.....	16
3. A Constituição de 1988 e a transformação do sistema.....	19
4. A implementação do novo sistema pelas Leis nº 8.212/91 e 8.213/91 ..	22
5. Comentários à Lei Orgânica da Seguridade Social – LOSS	23
6. Comentários à Lei de Benefícios da Previdência Social	29
7. Conclusão	30
“ONDE A LEI NÃO DISTINGUE, NÃO CABE AO INTÉRPRETE DISTINGUIR”: O ACERTADO JULGAMENTO DO TEMA 255 PELA TNU	33
1. Introdução.....	33
2. O direito a prorrogação do período de graça.....	34
3. O julgamento do Tema 255 pela TNU.....	37
4. Conclusão	44
5. Referências bibliográficas	44
O DIREITO À SEGURIDADE SOCIAL DO CONTRIBUINTE INDIVIDUAL AUTÔNOMO	47
1. Introdução.....	48

2. A natureza <i>sui generis</i> da previdência social	50
3. Teoria unitária e teoria escisionista da relação previdenciária.....	54
3.1 Comunicado DIVBEN e os impactos da mudança de posição doutrinária adotada pelo INSS.....	60
4. Considerações finais	67
5. Referências	68

ACIDENTES DE TRABALHO: TRINTA ANOS E A DIFICULDADE DE SUPE- RAR UMA DISCRIMINAÇÃO CENTENÁRIA

1. Introdução.....	71
1.1 Evolução.....	71
1.2 ...porém nem tanto.....	73
1.3 Mudanças.....	76
1.4 ... porém não muitas	81
1.5 Um salto... para trás.....	82
1.6 Repisando o rastro	84
1.7 É necessário avançar.....	88
2. Conclusão	93
3. Bibliografia	93

OS POTENCIAIS APRIMORAMENTOS E RISCOS DO USO DA INTELI- GÊNCIA ARTIFICIAL NAS PERÍCIAS MÉDICAS DO INSTITUTO NACIO- NAL DO SEGURO SOCIAL.....

1. Introdução.....	95
2. Inteligência artificial: um universo de potencialidades.....	96
3. A leitura da previdência social sobre os critérios de incapacidade la- borativa	101
4. Da perícia médica tradicional à perícia médica pautada pela inteligên- cia artificial: riscos e potencialidades.....	106
5. Conclusão	112
6. Referências.....	113



A NOVA FORMA DE CÁLCULO DO BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE PERMANENTE APROVADO PELA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103 DE 2019 E O ROMPIMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL	119
1. Introdução.....	119
2. Direito fundamental à proteção social quando da ocorrência do evento contingência incapacidade permanente.....	120
2.1 Benefícios por incapacidade e a proteção da dignidade da pessoa humana	120
2.2 Direito fundamental à proteção social.....	122
3. A “crise” do estado de bem-estar social e a redefinição do estado intervencionista	125
3.1 A involução dos objetivos da previdência social	125
3.2 A evolução da forma de cálculo dos benefícios previdenciários ...	129
4. Rompimento da proteção social apresentada pela a nova forma de cálculo do benefício por incapacidade permanente aprovado pela Emenda Constitucional nº 103 de 2019	132
4.1 Da incongruência do Regime Previdenciário Brasileiro e da violação à isonomia de tratamento dos segurados da previdência social no tocante à regra de cálculo do valor do benefício da aposentadoria por incapacidade permanente.....	132
4.2 Rompimento do direito fundamental à proteção social devida pela previdência.....	138
5. Conclusão	140
6. Referências bibliográficas	141
A BUSCA POR DIREITOS SOCIAIS NO BRASIL PERÍODO PÓS ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA E OS REFLEXOS NOS 30 ANOS DA LEI DE BENEFÍCIOS	143
1. Introdução.....	143
2. Seguridade Social como fundamento da democracia: 1988 a atual	152
3. Ameaça declarada à previdência rural.....	156
3.1 A importância da proteção social aos trabalhadores rurais.....	166

MEIO SÉCULO DE PROTEÇÃO PREVIDENCIÁRIA NO MEIO RURAL – DESAFIOS HISTÓRICOS E ATUAIS 169

1. Considerações iniciais	170
2. A Previdência Social como direito fundamental	171
3. A Lei que não entrou em vigor	173
4. A Lei Complementar 11/71 – um tímido começo	175
5. A ampliação do acesso à previdência pela Lei 8.213/91 – rural não é mais só o chefe de família	177
6. A ampliação do rol de benefícios	180
7. Dificuldades atuais: nem sempre falta lei	182
8. Considerações finais	183
9. Referências	184

MEIO AMBIENTE DO TRABALHO: UMA INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONALMENTE ADEQUADA DA LEI DE BENEFÍCIOS 187

1. Introdução.....	187
2. O risco (um acontecimento físico, químico ou biológico) como algo a ser controlado e combatido: um exemplo emblemático em pleno século XXI.....	189
3. Qual o escopo final dos dispositivos da Lei 8.213/1991?	191
4. Os principais estorvos e contradições para se prevenir antes de compensar/indenizar: a monetização da saúde do trabalhador	196
5. Como compensar a falta de referência ao “meio ambiente do trabalho” na Lei de Benefícios? uma interpretação constitucionalmente adequada.....	206
6. Considerações finais	214
7. Referencias	215

30 ANOS DAS LEIS 8.212/91 E 8.213/91: REFLEXÕES SOBRE O FUTURO DA APOSENTADORIA ESPECIAL 221

1. Introdução.....	221
--------------------	-----

2. O trabalho prejudicial à saúde ou à integridade física: conceito e evolução legislativa.....	224
3. O julgamento do Tema 709 pelo Supremo Tribunal Federal	228
4. Emenda 103/2019: inconstitucionalidade reforçada pelo julgamento da Suprema Corte no Tema 709?	234
5. Considerações finais	237
6. Referências bibliográficas.....	238

EVOLUÇÃO OU RETROCESSO DO BENEFÍCIO PENSÃO POR MORTE AO LONGO DOS 30 ANOS DO ADVENTO DA LEI 8.213/91?

1. Introdução.....	241
2. Pensão Por Morte na Lei 8.213/1991: os caminhos para a sua publicação..	243
2.1 Um breve histórico.....	243
2.2 O surgimento da Lei de Benefícios da Previdência Social – Lei 8.213/1991	248
3. Alterações legislativas sofridas pela Pensão por Morte em 30 anos de Lei de Benefícios.....	250
4. A Emenda Constitucional 103/2019 e as perspectivas para o futuro	255
5. Conclusões	266
6. Referências.....	268

CONTAGEM RECÍPROCA DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, PLANEJAMENTO PREVIDENCIÁRIO E AS RESTRIÇÕES INCONSTITUCIONAIS DA LEI Nº 13.846 DE 2019.....

1. Introdução.....	274
2. Da contagem recíproca de tempo de contribuição e da compensação financeira entre os regimes de previdência social.....	275
2.1 Da (in)eficácia dos institutos da contagem recíproca de tempo de contribuição e da compensação financeira entre regimes de previdência social.....	278
3. Planejamento previdenciário, reformas e contagem recíproca.....	281
4. Restrições da contagem recíproca criada pela Lei nº 13.846/19	281



4.1	Da vedação de emissão de certidão de tempo por RPPS para servidor.....	282
4.2	Da vedação de desaverbação de tempo averbado em RPPS que tenha gerado a concessão de vantagens remuneratórias para servidor em atividade	283
5.	Da restrições inconstitucionais da contagem recíproca de tempo impostas pela Lei nº 13.846/19.....	284
5.1	Da inconstitucionalidade da restrição quanto à emissão de certidão de tempo de contribuição por RPPS para servidor	284
5.1.1	Da inconstitucionalidade formal	285
5.1.2	Da inconstitucionalidade material.....	288
5.2	Da inconstitucionalidade da restrição quanto à desaverbação de tempo averbado em RPPS que tenha gerado a concessão de vantagens ao servidor em atividade	290
5.2.1	Da inconstitucionalidade formal	290
5.2.2	Da inconstitucionalidade material.....	290
6.	Notas finais.....	291
7.	Referências.....	292

REFORMA DA PREVIDÊNCIA: É HORA DE IGUALAR O TRATAMENTO DE GÊNERO?

1.	Introdução.....	295
2.	A Proposta de Igualdade de Idade Mínima para Aposentadoria de Homens e Mulheres.....	296
3.	Extinção da aposentadoria por tempo de contribuição – não era sem tempo!.....	304
4.	Conclusão	308
5.	Referências.....	309

AS REFORMAS PREVIDENCIÁRIAS À LUZ DO CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE

1.	Introdução.....	313
----	-----------------	-----

1.1	Convenções internacionais de Seguridade Social e os parâmetros para elaboração de políticas públicas	315
1.2	A idade de referência no modelo previdenciário europeu e as políticas integradas de trabalho e previdência.....	327
2.	Conclusões	336

A RELEVÂNCIA DO AMICUS CURIA E NOS JULGAMENTOS EM MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA PERANTE OS TRIBUNAIS SUPERIORES 339

1.	Introdução	340
2.	O amigo da corte no Direito Brasileiro.....	343
3.	A relevância do <i>amicus curiae</i> nos julgamentos em matéria previdenciária perante os Tribunais Superiores	348
3.1	O precedente histórico	348
3.2	O <i>amicus curiae</i> e os julgamentos em matéria previdenciária nos Tribunais Superiores	349
4.	A casuística	350
5.	Conclusão	357
6.	Referências bibliográficas	358